



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680023 - SP (2021/0218567-6)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : GUILHERME ALEXANDRE FERREIRA E OUTRO
ADVOGADOS : ALEXANDRE DE JESUS FERREIRA - SC009490
GUILHERME ALEXANDRE FERREIRA - SC033173
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ROMUALDO VIEIRA MACHADO JUNIOR
CORRÉU : ERIVELTON MARCOS NASCIMENTO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROMUALDO VIEIRA MACHADO JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1513822-16.2019.8.26.0228).

O paciente foi condenado às penas de 1 ano, 6 meses e 20 dias de reclusão em regime inicial semiaberto e de 7 dias-multa pela prática do delito tipificado no art. 155, § 4º, incisos I e IV, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, sendo-lhe negada a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos em razão do reconhecimento da reincidência.

A parte impetrante sustenta a pena-base teria sido fixada no mínimo legal, que o delito teria sido praticado sem violência e que as condições pessoais do condenado seriam favoráveis, logo seriam inidôneos os fundamentos que afastaram a fixação do regime mais brando.

Requer, liminarmente e no mérito, a fixação do regime aberto e a substituição da penas privativa de liberdade por restritivas de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria

por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente